

Guilherme de Souza Nucci

Manual de Processo Penal



Sumário

Capítulo I

PROCESSO PENAL NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

1. Conceito de processo penal	1
2. O processo penal democrático	2
Síntese	3

Capítulo II

PRINCÍPIOS DO PROCESSO PENAL

1. Introdução	5
2. Princípios regentes: dignidade da pessoa humana e devido processo legal	5
3. Princípios constitucionais explícitos do processo penal	6
3.1 Concernentes ao indivíduo	6
3.1.1 Princípio da presunção de inocência	6
3.1.1.1 Princípios consequenciais da prevalência do interesse do réu (<i>in dubio pro reo, favor rei, favor innocentiae, favor libertatis</i>) e da imunidade à autoculpação	7
3.1.2 Princípio da ampla defesa	8
3.1.3 Princípio da plenitude de defesa	8
3.2 Concernente à relação processual	9
3.2.1 Princípio do contraditório	9
3.3 Concernentes à atuação do Estado	10
3.3.1 Princípio do juiz natural e imparcial e princípio consequencial da ini- ciativa das partes	10

3.3.2	Princípio da publicidade	11
3.3.3	Princípio da vedação das provas ilícitas	12
3.3.4	Princípio da economia processual e princípios correlatos e consequenciais da duração razoável do processo e da duração razoável da prisão cautelar.....	13
3.3.5	Princípios regentes do Tribunal do Júri	13
3.3.5.1	Sigilo das votações	13
3.3.5.2	Soberania dos veredictos	14
3.3.5.3	Competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida	14
3.3.6	Princípio da legalidade estrita da prisão cautelar	14
4.	Princípios constitucionais implícitos do processo penal.....	14
4.1	Concernente à relação processual	14
4.1.1	Princípio do duplo grau de jurisdição.....	14
4.2	Concernentes à atuação do Estado.....	15
4.2.1	Princípio do promotor natural e imparcial.....	15
4.2.2	Princípio da obrigatoriedade da ação penal pública e princípio consequencial da indisponibilidade da ação penal.....	15
4.2.3	Princípio da oficialidade	16
4.2.4	Princípio da intranscendência.....	16
4.2.5	Princípio da vedação do duplo processo pelo mesmo fato.....	17
5.	Princípios meramente processuais penais	17
5.1	Concernentes à relação processual.....	17
5.1.1	Princípio da busca da verdade real	17
5.1.2	Princípio da oralidade e princípios consequenciais da concentração, da imediatidade e da identidade física do juiz.....	18
5.1.3	Princípio da indivisibilidade da ação penal privada.....	19
5.1.4	Princípio da comunhão da prova.....	19
5.2	Concernentes à atuação do Estado.....	19
5.2.1	Princípio do impulso oficial	19
5.2.2	Princípio da persuasão racional	20
5.2.3	Princípio da colegialidade.....	20
Síntese		21

Capítulo III

SISTEMAS DE PROCESSO PENAL

1.	Sistema inquisitivo	27
2.	Sistema acusatório	28
3.	Sistema misto.....	28
4.	Opção do sistema processual brasileiro	29
Síntese		29

Capítulo IV

FONTES DO PROCESSO PENAL E INTERPRETAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL

1. Conceito de fonte	31
2. Fontes materiais	31
3. Fontes formais	32
4. Interpretação da lei processual penal	33
Síntese	34

Capítulo V

APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL NO ESPAÇO

1. Princípio da territorialidade	35
2. Conceito de tratado e convenção	35
3. Regras de direito internacional	36
4. Exceção à regra da territorialidade	36
5. Conflito entre tratado e direito interno	37
6. Normas internacionais relativas aos direitos humanos fundamentais	38
7. Jurisdição política	39
8. Justiça Especial	39
9. Tribunal de Segurança Nacional	39
10. Legislação especial	40
Síntese	40

Capítulo VI

APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL NO TEMPO

1. Regra geral	41
2. Normas processuais penais materiais	42
Síntese	43

Capítulo VII

INQUÉRITO POLICIAL E OUTRAS FORMAS DE INVESTIGAÇÃO

1. Conceito de inquérito policial	45
1.1 Juiz das garantias	46
1.1.1 Atribuições do juiz das garantias	47
1.1.2 Prorrogação do inquérito	51
1.1.3 Encaminhamento da investigação	51
1.1.4 Designação do juiz das garantias	52
1.1.5 Tutela da imagem dos presos	53
2. Polícia judiciária	53
3. Outras investigações criminais	54
4. Início do inquérito policial	55
5. Identificação da espécie de ação penal para efeito de investigação	56
6. <i>Notitia criminis</i>	56

7. <i>Delatio criminis</i>	56
8. Investigações criminais contra autoridades com prerrogativa de foro	56
9. Requisição, requerimento e representação	57
10. Negativa de cumprimento à requisição	58
11. Conteúdo da requisição, do requerimento e da representação	58
12. Recusa da autoridade policial à instauração do inquérito quando oferecido requeri- mento do ofendido e a questão da denúncia anônima	59
13. Procedimento da autoridade policial	59
14. Indiciamento e constrangimento ilegal	60
15. Requisição de indiciamento	60
16. Motivação do indiciamento	61
17. O indiciado como objeto da investigação	61
18. Regras do interrogatório	61
19. Identificação criminal: dactiloscópica e fotográfica	61
20. Reconstituição do crime	62
21. Prazo para a conclusão do inquérito	63
22. Contagem dos prazos	64
23. Cômputo do período de prisão temporária	65
24. Prisão preventiva decretada durante o inquérito policial	65
25. Instrumentos do crime e objetos de prova	66
26. Particularidades do inquérito policial	66
26.1 Inquisitivo	66
26.1.1 Situação especial para os agentes de segurança pública	66
26.2 Sigiloso	67
26.3 Incomunicabilidade do indiciado	68
27. Relatório final	69
28. Indeferimento de novas diligências requeridas pelo Ministério Público	69
29. Inquérito como base da denúncia ou queixa e sua dispensabilidade.....	70
30. Termo circunstanciado	70
31. Curador	70
32. Arquivamento do inquérito e outras providências	71
32.1 Controle do arquivamento do inquérito policial e de peças de informação.....	71
32.1.1 Arquivamento de Procedimento Investigatório Criminal (PIC).....	72
32.2 Utilização do art. 28 do CPP no caso da suspensão condicional do processo ...	72
32.3 Requerimento de arquivamento em competência originária	73
32.4 Arquivamento de inquérito de crimes contra a economia popular ou contra a saúde pública	73
32.5 Recurso institucional contra arquivamento promovido pelo Procurador- -Geral	73
32.6 Obrigatoriedade de oferecimento de razões e o denominado arquivamento implícito	73
32.7 Arquivamento indireto	74
32.8 Arquivamento requerido pelo Ministério Público Federal.....	75

32.9 Determinação judicial de retorno dos autos de inquérito à polícia para novas diligências	75
33. Trancamento do inquérito policial	75
34. Prosseguimento das investigações após o encerramento do inquérito	75
35. Acordo de não persecução penal	76
Síntese	78

Capítulo VIII AÇÃO PENAL

1. Fundamento constitucional	79
2. Conceito de ação penal	79
3. Espécies de ação penal	80
4. Ação penal popular	81
5. Processo, procedimento e pressupostos processuais	81
6. Início da ação penal	82
7. Condições genéricas da ação penal	83
7.1 Possibilidade jurídica do pedido	84
7.2 Interesse de agir	86
7.3 Legitimidade de parte	86
7.4 A justa causa para a ação penal	87
8. Condições específicas da ação penal	87
9. Representação do ofendido	88
10. Requisição do Ministro da Justiça	91
11. Ação penal privada e suas particularidades	93
11.1 Decadência	93
11.2 Renúncia	95
11.3 Perdão	96
11.4 Perempção	98
11.5 Ação privada subsidiária da pública	100
11.6 Espécies de ação privada	102
11.7 Sucessão e menoridade no contexto do oferecimento de queixa	102
11.8 Situação de pobreza e exercício de cidadania	103
12. Conteúdo e formalidades da denúncia ou queixa	104
12.1 Denúncia ou queixa genérica	106
12.2 Denúncia ou queixa alternativa	107
12.3 Concisão da denúncia ou queixa	107
12.4 Retificação da denúncia ou queixa no seu recebimento	107
12.5 Rejeição da denúncia ou queixa pelo juiz e recebimento pelo tribunal	108
12.6 Recebimento ou rejeição parcial da denúncia ou queixa	108
12.7 Poderes especiais para o ingresso de queixa	109
12.8 Exigência de prova pré-constituída para instruir a queixa	109
12.9 Aditamento da queixa pelo Ministério Público	110
12.10 Intervenção do Ministério Público na ação penal privada	111

12.11 Prazo para o oferecimento de denúncia e modo de contagem.....	111
13. Reconhecimento da extinção da punibilidade.....	112
13.1 Morte do réu	112
13.2 Certidão de óbito falsa	113
Síntese	114

Capítulo IX AÇÃO CIVIL EX DELICTO

1. Conceito	117
2. Separação da jurisdição.....	118
3. Sentença condenatória como título executivo	119
4. Sentença concessiva de perdão judicial.....	120
5. Decisão de extinção da punibilidade pela prescrição ou outra causa.....	120
6. Revisão criminal.....	120
7. Extensão do ressarcimento do dano.....	120
8. Responsabilidade civil de terceiro e devido processo legal	121
9. Excludentes de ilicitude e formação da coisa julgada no cível.....	122
10. Existência de sentença absolutória penal.....	123
11. Vítima pobre e legitimidade de agir do Ministério Público	124
Síntese	124

Capítulo X JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA

1. Conceito de jurisdição.....	125
2. Princípios regentes da jurisdição criminal	126
3. Conceito de competência.....	126
4. Competência absoluta e competência relativa	126
5. Quadro geral de competência	127
6. O lugar da infração penal como regra geral para a competência do foro	128
6.1 O domicílio ou residência do réu como foro supletivo	130
6.2 A matéria como regra específica de competência.....	132
6.3 A prerrogativa de foro como regra específica de competência	135
6.3.1 Competência originária decorrente da prerrogativa de função ou da matéria.....	136
6.3.2 Notas especiais em relação à competência excepcional de prerrogativa de função	140
6.3.2.1 Magistrados e membros do Ministério Público	140
6.3.2.2 Perpetuação da jurisdição em casos de foro privilegiado.....	140
6.3.2.3 Extensão do foro privilegiado às ações de improbidade administrativa.....	141
6.3.2.4 Exceção da verdade nos crimes contra a honra	142
6.3.3 Notas especiais em relação à competência excepcional quanto à matéria.....	142

6.3.3.1	Pontos relevantes acerca da Justiça Militar	142
6.3.3.2	A competência especial do juiz da execução penal	143
6.4	A distribuição como alternativa à competência cumulativa supletiva	145
6.5	Conexão e continência como regras de alteração de competência	145
6.5.1	Conceito de conexão	147
6.5.2	Conexão material e conexão processual	148
6.5.3	Conexão e continência no contexto das infrações de menor potencial ofensivo	149
6.5.4	Espécies de conexão	150
6.5.4.1	Conexão intersubjetiva por simultaneidade	150
6.5.4.2	Conexão intersubjetiva por concurso	150
6.5.4.3	Conexão intersubjetiva por reciprocidade	151
6.5.4.4	Conexão objetiva	151
6.5.4.5	Conexão instrumental	151
6.5.5	Conceito de continência	152
6.5.5.1	Continência em razão do concurso de pessoas	152
6.5.5.2	Diferença da continência por concurso de pessoas e da conexão por concurso	152
6.5.5.3	Continência em razão do concurso formal de crimes	152
6.5.6	Diferença entre crime único, conexão e continência	153
6.6	A prevenção como critério residual de fixação de competência	153
7.	Regras para a eleição do foro prevalente	155
7.1	Competência prevalente do júri	156
7.1.1	Descoberta da conexão ou continência após a prolação da sentença de pronúncia	156
7.1.2	Conexão e continência, prerrogativa de foro e júri	156
7.2	Jurisdição da mesma categoria	157
7.3	Jurisdição de categoria diversa	158
7.3.1	Exceção à regra quando a competência for estabelecida pela Constituição	159
7.4	Jurisdição comum e especial	159
7.4.1	Força atrativa da Justiça Federal em face da Justiça Estadual	159
7.4.2	Justiça Federal e contravenção penal	160
8.	Exceções à regra da junção dos processos em caso de conexão e continência	160
8.1	Jurisdição comum e jurisdição militar	160
8.2	Justiça comum e Justiça da Infância e Juventude	161
8.3	Separação dos processos em face da superveniência de doença mental	161
8.4	Impossibilidade de julgamento de réu ausente	162
8.5	Separação dos processos em razão da recusa de jurados	162
9.	Separação facultativa dos processos	162
9.1	Separação facultativa em caso de tempo ou lugar diferenciado	163
9.2	Separação facultativa em virtude do excessivo número de acusados	163
9.3	Separação facultativa em face de motivo relevante	164

10. Perpetuação da jurisdição em casos de conexão e continência.....	164
11. Conexão e continência no contexto das investigações policiais.....	164
12. Autoridade de jurisdição prevalente.....	165
13. Regras de aplicação da lei processual penal no espaço.....	165
13.1 Crimes a bordo de embarcações.....	166
13.2 Crimes a bordo de aeronaves.....	167
13.3 Regra residual de competência.....	167
Síntese.....	168

Capítulo XI INCIDENTES PROCESSUAIS

1. Introdução e conceitos.....	179
2. Questões prejudiciais.....	180
2.1 Diferença entre questão prejudicial e questão preliminar.....	180
2.2 Prejudiciais homogêneas e heterogêneas.....	180
2.3 Prejudiciais obrigatórias e facultativas.....	180
2.3.1 Prejudiciais obrigatórias.....	180
2.3.2 Prejudiciais facultativas.....	182
2.4 Prejudiciais devolutivas e não devolutivas.....	183
3. Procedimentos incidentes.....	183
3.1 Exceções.....	183
3.1.1 Exceções de suspeição e de impedimento.....	184
3.1.2 Rol de causas de suspeição e de impedimento.....	184
3.1.3 Afirmação da suspeição ou impedimento de ofício.....	185
3.1.4 Procedimento para a recusa do juiz.....	185
3.1.5 Procedimento do juiz.....	186
3.1.6 Consequências da procedência da exceção.....	188
3.1.7 Suspeição ou impedimento em tribunal.....	188
3.1.8 Suspeição ou impedimento de membro do Ministério Público.....	189
3.1.9 Suspeição ou impedimento de peritos e outros auxiliares.....	190
3.1.10 Suspeição ou impedimento no Tribunal do Júri.....	191
3.1.11 Suspeição ou impedimento das autoridades policiais.....	192
3.1.12 Exceção de incompetência.....	193
3.1.13 Formalidades para a interposição da exceção de incompetência.....	193
3.1.14 Exceção de litispendência.....	194
3.1.15 Formalidades para a interposição da exceção de litispendência.....	195
3.1.16 Exceção de ilegitimidade de parte.....	195
3.1.17 Formalidades para a interposição da exceção de ilegitimidade de parte.....	196
3.1.18 Exceção de coisa julgada.....	196
3.1.19 Coisa julgada material e coisa julgada formal.....	197
3.1.20 Coisa julgada e coisa soberanamente julgada.....	198
3.1.21 Limites da coisa julgada.....	198
3.1.22 Formalidades para a interposição da exceção de coisa julgada.....	200

3.1.23	Petição única contendo mais de uma exceção.....	200
3.2	Incompatibilidades e impedimentos.....	200
3.2.1	Consequência do impedimento	201
3.3	Conflito de competência.....	202
3.3.1	Conflito de atribuição.....	203
3.3.2	Falso conflito de atribuição.....	203
3.3.3	Conflito em decorrência de conexão e continência	204
3.3.4	Procedimento para o conflito de competência	204
3.3.5	Outras possibilidades de conflito de competência	206
3.3.6	Desaparecimento do conflito antes do julgamento pelo Tribunal.....	206
3.3.7	Suspensão do processo em caso de conflito	207
3.4	Restituição de coisas apreendidas.....	207
3.4.1	Procedimento da restituição de coisas apreendidas	209
3.4.2	Apreensão de coisa adquirida com os proventos da infração	210
3.4.3	Prazo máximo para requerer a restituição.....	210
3.5	Medidas assecuratórias	211
3.5.1	Sequestro	211
3.5.1.1	Requisito fundamental para o sequestro	212
3.5.1.2	Procedimento do sequestro	212
3.5.1.3	Levantamento do sequestro.....	215
3.5.2	Especialização de hipoteca legal.....	215
3.5.2.1	Procedimento para a especialização	216
3.5.3	Arresto de bens móveis para garantia de indenização e despesas	217
3.5.3.1	Procedimento do arresto dos bens móveis	217
3.5.4	Finalização da especialização e do arresto.....	217
3.5.5	Alienação antecipada de bens.....	218
3.6	Incidente de falsidade.....	219
3.6.1	Procedimento do incidente de falsidade.....	219
3.6.2	Sobre os termos falsidade e documento.....	220
3.6.3	Efeitos limitados da decisão do incidente.....	220
3.7	Incidente de insanidade mental.....	221
3.7.1	Procedimento do incidente de insanidade mental	222
3.7.2	Internação do indiciado ou acusado em estabelecimento apropriado....	223
3.7.3	Suspensão do processo em caso de superveniência de doença mental...	224
3.8	Incidente de ilicitude de prova.....	224
Síntese		225

Capítulo XII

PROVAS

1.	Conceito e sentido de prova	231
2.	Meios de prova	232
2.1	Prova emprestada	232
2.2	Provas ilícitas.....	232

3. Finalidade e objeto da prova.....	233
4. Ônus da prova	234
4.1 Momentos cabíveis para a produção de provas determinadas pelo juiz	235
5. Sistemas de avaliação da prova.....	236
6. Exame de corpo de delito e perícias em geral	237
6.1 Disposições gerais.....	237
6.2 Diferença entre corpo de delito e exame de corpo de delito	238
6.2.1 Cadeia de custódia	239
6.3 Confissão e corpo de delito	240
6.4 Formalização do laudo pericial.....	241
6.5 Necropsia	243
6.6 Exumação e inumação	243
6.7 Exame de corpo de delito em caso de lesões corporais	244
6.8 Exame de local	245
6.9 Exame laboratorial.....	245
6.10 Perícia em furto qualificado e crimes afins	246
6.11 Laudo de avaliação	247
6.12 Exame de local de incêndio	247
6.13 Exame de reconhecimento de escritos (grafotécnico)	248
6.14 Exame dos instrumentos do crime.....	249
6.15 Quesitos na realização de perícia	250
6.16 Exame por precatória	250
6.17 Divergência entre peritos e vinculação do juiz à prova pericial	250
6.18 Indeferimento da produção de prova pericial	252
7. Interrogatório	253
7.1 Conceito.....	253
7.2 Natureza jurídica do interrogatório	253
7.3 Obrigatoriedade do interrogatório.....	253
7.4 Interrogatório da pessoa jurídica.....	254
7.5 Presença do defensor.....	255
7.6 Interrogatório de réu preso	256
7.6.1 Requisitos para a realização do interrogatório por videoconferência.....	256
7.6.2 Procedimento para o uso da videoconferência	257
7.6.3 Outros atos processuais e videoconferência	258
7.7 Efetividade da ampla defesa e a interferência do defensor antes do interrogatório	259
7.8 Classificação do interrogatório	259
7.9 Direito do acusado ou indiciado ao silêncio.....	260
7.10 Procedimento do interrogante e do interrogado	261
7.11 Colaboração das partes no interrogatório	261
7.12 Interrogatório em separado	262
7.13 Formas especiais de interrogatório	262
7.14 Curador ao réu menor de 21 anos e outros incapazes	263

7.15 Renovação do interrogatório	264
8. Confissão	264
8.1 Conceito de confissão	264
8.2 Natureza jurídica e objeto da confissão	265
8.3 Espécies de confissão	265
8.4 A delação premiada e suas fontes legais	265
8.5 Critérios de avaliação da confissão e confronto com outras provas	267
8.6 Silêncio como elemento para o convencimento do juiz	267
8.7 Divisibilidade da confissão	267
8.8 Retratabilidade da confissão	268
9. Do ofendido	268
9.1 Conceito de ofendido	268
9.2 Diversidade entre ofendido e testemunha	268
9.3 Obrigatoriedade da sua inquirição	269
9.4 Valor probatório da palavra da vítima	269
9.5 Vítima não comete falso testemunho	270
9.6 Condução coercitiva e processo por desobediência	270
9.7 Comunicação dos atos processuais ao ofendido	271
9.8 Assistência ao ofendido	272
9.9 Preservação da intimidade do ofendido	272
10. Prova testemunhal	273
10.1 Conceito de testemunha	273
10.2 Natureza jurídica	273
10.3 Classificação das testemunhas	273
10.4 Informante ou declarante	274
10.5 Pessoa como testemunha e formalidade do depoimento	274
10.6 Depoimento do menor inimputável comparsa do réu	275
10.7 Corréu como testemunha	276
10.8 Testemunho único	276
10.9 A importância do compromisso	276
10.10 Recusa em depor	277
10.11 Formalidades da colheita do depoimento	278
10.12 Obrigação de depor e possibilidades legais de recusa	278
10.13 Proibição de depor	280
10.14 Impedimento legal para o compromisso	281
10.15 Produção de prova testemunhal pelo juiz e pelo Ministério Público	281
10.16 Colheita dos depoimentos em separado	282
10.17 Finalização do sistema presidencialista de inquirição	283
10.18 Apreciação pessoal da testemunha	284
10.19 Contradita	285
10.20 Influência do acusado na colheita do depoimento	286
10.21 Regularidade da intimação da testemunha	287
10.22 Depoimento por carta precatória, de ordem ou rogatória	288

10.23	Obrigatoriedade de participação do intérprete	292
10.24	Ausência, enfermidade e velhice da testemunha	292
11.	Reconhecimento de pessoas e coisas	292
11.1	Conceito de reconhecimento	292
11.2	Natureza jurídica	293
11.3	Reconhecimento fotográfico	293
11.4	Formalidades para o reconhecimento	293
11.5	Valor do reconhecimento como meio de prova	295
11.6	Reconhecimento informal	296
11.6.1	Reconhecimento por meio de videoconferência	296
11.7	Reconhecimento de coisa	296
11.8	Reconhecimento coletivo ou em grupo	296
11.9	Reconhecimento de imagens e vozes	297
12.	Acareação	297
12.1	Conceito de acareação	297
12.2	Natureza jurídica	297
12.3	Valor da acareação	297
12.4	Admissibilidade da acareação	297
12.5	Objeto da acareação	298
12.6	Requerimento das partes ou procedimento de ofício	298
12.7	Procedimento do magistrado na condução da acareação	298
12.8	Acareação à distância	299
13.	Prova documental	299
13.1	Conceito de documento	299
13.2	Regra para apresentação de documentos no processo	300
13.3	Documentos nominativo e anônimo	300
13.4	Fotografia do documento	301
13.5	Valoração e licitude do documento	301
13.6	Diligência de ofício	302
13.7	Documentos em língua estrangeira e a pública-forma	302
13.8	Finalização do processo e destino dos documentos	303
13.9	Documento e “documentação”	304
14.	Prova indiciária	304
14.1	Conceito de indício	304
14.2	Indução	304
14.3	Integração entre indução e dedução	305
14.4	Valor probatório dos indícios	305
14.5	Diferença entre indício e presunção	306
14.6	Contraindícios	306
15.	Busca e apreensão	306
15.1	Conceito de busca e apreensão	306
15.2	Natureza jurídica	307
15.3	Momentos para a sua realização	307

15.4 Regras especiais de busca e apreensão	308
15.5 Fundamento e proteção constitucional da busca em domicílio	308
15.6 Fundamento e proteção constitucional da busca pessoal	308
15.7 Mandado judicial certo e determinado	310
15.8 Exigência do mandado judicial para a polícia	312
15.9 Requisitos do mandado de busca e provocação para a sua expedição	312
15.10 Dispensa do mandado de busca pessoal	314
15.11 Formalidades para a realização de busca domiciliar	314
15.12 Locais equiparados a domicílio	317
15.13 Busca em território alheio	317
Síntese	318

Capítulo XIII

AS PARTES NO PROCESSO PENAL

1. Juiz	321
1.1 O juiz como sujeito da relação processual	321
1.2 Sujeitos e partes secundárias na relação processual e terceiros	321
1.3 Regularidade do processo e princípio do impulso oficial	322
1.4 Jurisdição como atributo fundamental da função do juiz e impedimentos	322
1.5 Suspeição do juiz	324
1.6 Cessação e manutenção do impedimento ou suspeição	327
1.7 Criação proposita de animosidade por má-fé	327
2. Ministério Público	327
2.1 O Ministério Público como sujeito e parte na relação processual	327
2.2 Impedimento do representante do Ministério Público	329
2.3 Funções principais no processo penal	330
3. Acusado	330
3.1 O acusado como parte na relação processual	330
3.2 Indisponibilidade do direito de defesa	331
3.3 Inviabilidade de se exigir a colaboração do réu na produção de prova	331
4. Defensor	331
4.1 Critérios para nomeação, situação no processo e autodefesa	331
4.2 Desligamento da causa, ausência momentânea e defesa ad hoc	335
4.3 Nomeação no termo e impedimento	336
5. Curador	337
6. Assistência	337
6.1 Assistente de acusação	337
6.2 Intervenção do ofendido	337
6.3 Intervenção de outras pessoas como assistente de acusação	338
6.4 Intervenção da Ordem dos Advogados do Brasil em processos criminais nos polos ativo e passivo	339
6.4.1 A figura do <i>amicus curiae</i> no processo penal	339
6.5 Recebimento da causa no estado em que estiver	340

6.6	Corréu como assistente	340
6.7	Atribuições do assistente	341
6.8	Oposição do Ministério Público à admissão do assistente	342
7.	Funcionários da Justiça	342
7.1	Denominação	342
7.2	Suspeição	342
8.	Peritos e intérpretes	343
8.1	Perito	343
8.2	Intérprete	343
8.3	Juiz atuando como perito ou intérprete	343
8.4	Disciplina judiciária do perito	343
8.5	Não intervenção das partes na nomeação do perito e sua atuação obrigatória	344
8.6	Impedimento dos peritos	344
8.7	Suspeição dos peritos	345
Síntese		345

Capítulo XIV PRISÃO E LIBERDADE PROVISÓRIA

1.	Conceito de prisão	347
2.	Fundamento constitucional da prisão	347
3.	Espécies de prisão processual cautelar	347
4.	Controle da legalidade da prisão	348
5.	Conceito de liberdade provisória	349
6.	Fundamento constitucional da liberdade provisória	349
7.	Formalidades da prisão	349
8.	Análise das modalidades de prisão cautelar	354
8.1	Prisão temporária	354
8.2	Prisão em flagrante	356
8.2.1	Flagrante facultativo e flagrante obrigatório	358
8.2.2	Flagrante próprio ou perfeito	358
8.2.3	Flagrante impróprio ou imperfeito	359
8.2.4	Flagrante presumido	360
8.2.5	Flagrante preparado ou provocado	360
8.2.6	Flagrante forjado	361
8.2.7	Flagrante esperado	361
8.2.8	Flagrante diferido ou retardado	361
8.2.9	Flagrante nos crimes permanentes e habituais	362
8.2.10	Formalidades para a lavratura do auto de prisão em flagrante	363
8.2.11	Controle jurisdicional da prisão em flagrante	365
8.3	Prisão preventiva	366
8.3.1	Momento da decretação e período de duração	366
8.3.2	Requisitos para a decretação da prisão preventiva	368
8.3.3	Fundamentação da prisão preventiva	371

8.3.4	Circunstâncias legitimadoras e circunstâncias impeditivas da prisão preventiva	372
8.3.5	Modificações fáticas da situação determinante da prisão ou da soltura do réu	374
8.3.6	A apresentação espontânea do acusado	374
8.4	Prisão decorrente de pronúncia	374
8.5	Prisão decorrente de sentença condenatória recorrível	376
8.6	Medidas cautelares alternativas à prisão	377
8.6.1	Espécies de medidas cautelares	377
8.6.2	Requisitos para a decretação das medidas cautelares	378
8.6.3	Aplicação do contraditório e da ampla defesa	380
8.6.4	Descumprimento da medida cautelar alternativa	380
8.6.5	A detração no contexto das medidas cautelares alternativas	381
8.7	Prisão domiciliar	381
9.	Liberdade provisória	382
9.1	Liberdade provisória com fiança	382
9.1.1	Hipóteses que vedam a concessão de fiança	384
9.1.2	Valor da fiança	386
9.1.3	Condições da fiança	387
9.1.4	Fiança definitiva	387
9.1.5	Consequências possíveis da fiança	390
10.	Liberdade provisória sem fiança	392
10.1	Inviabilidade de concessão da liberdade provisória e contradição do sistema ..	392
10.2	Definição jurídica do fato e liberdade provisória	394
	Síntese	395

Capítulo XV CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

1.	Conceito de citação	397
2.	Formas de citação	397
2.1	Citação por mandado	397
2.1.1	Conteúdo do mandado de citação e demais formalidades	399
2.2	Citação do militar	400
2.3	Citação do funcionário público	400
2.4	Citação do réu preso	400
2.5	Citação por edital e por hora certa	401
2.5.1	Conteúdo do edital	402
3.	Suspensão do processo e da prescrição	402
4.	Conceito de intimação	404
5.	Procedimento para as intimações	405
	Síntese	406

Capítulo XVI SENTENÇA

1. Conceito de sentença	409
2. Outros atos jurisdicionais	409
3. Natureza jurídica da sentença	410
4. Outras classificações	411
5. Conteúdo da sentença	411
6. Modificação da definição jurídica do fato	412
7. Correlação entre acusação e sentença	413
8. Descoberta de elemento que provoque a alteração da definição jurídica do fato.....	414
9. Independência do juiz para julgar	416
10. Absolução vinculada.....	416
11. Elementos da sentença condenatória	418
11.1 Detração e regime inicial de cumprimento da pena.....	418
12. Publicação e intimação da sentença	419
13. Efeitos da sentença condenatória	420
Síntese	421

Capítulo XVII PROCEDIMENTOS

1. Processo e procedimento	423
2. Procedimento e devido processo legal	423
3. Procedimento comum e procedimento especial	424
4. Procedimento comum	425
4.1 Procedimento ordinário	425
4.2 Procedimento sumário	429
4.3 Procedimento sumaríssimo	430
5. Procedimentos especiais	431
5.1 Aplicação da Lei 9.099/95 aos procedimentos especiais	431
5.2 Modificações introduzidas pela Lei 10.259/2001 e confusão legislativa: um bom exemplo	432
5.3 Adoção do procedimento previsto na Lei 9.099/95 para os crimes contra idosos	434
5.4 Procedimento dos crimes falimentares	435
5.5 Procedimento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos	440
5.6 Procedimento dos crimes contra a honra	442
5.7 Procedimento dos crimes contra a propriedade imaterial	445
5.8 Procedimento de restauração de autos extraviados ou destruídos	449
Síntese	452

Capítulo XVIII TRIBUNAL DO JÚRI

1. O Júri na Constituição Federal.....	469
2. O Tribunal do Júri como órgão do Poder Judiciário	470

3. Competência constitucional para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida	471
4. A formação da culpa no procedimento do júri	471
5. O procedimento especial do júri e a fase de avaliação da admissibilidade da acusação	472
6. Pronúncia	475
6.1 Requisitos para a pronúncia	475
6.2 Conteúdo da decisão de pronúncia e sua influência sobre os jurados	476
6.3 Os crimes conexos na pronúncia	477
6.4 Alteração da classificação do crime	477
6.5 Possibilidade de correção da pronúncia	478
7. Impronúncia	479
8. Desclassificação da infração penal	479
9. Absolvição sumária	481
10. Intimação da pronúncia	482
11. Libelo crime-acusatório	482
11.1 Conceito	482
12. Fase de preparação do Plenário	482
12.1 Justificação	483
12.2 Desaforamento	484
12.3 Supressão de nulidade	487
12.4 Providências para o julgamento	488
13. Organização e composição do Tribunal do Júri e função do jurado	489
13.1 Organização do Júri	489
13.2 Composição do Júri	491
13.3 Função do jurado	491
14. Julgamento em Plenário	494
14.1 Formalidades iniciais	494
14.2 Formação do Conselho de Sentença	497
14.3 Interrogatório do réu	501
14.4 Relatório do processo e leitura de peças	502
14.5 Produção da prova testemunhal	502
14.6 Debates	504
14.7 Procedimento para o julgamento	506
14.8 Quesitos e questionário	508
14.8.1 Regras para a redação do questionário	510
14.9 Votação em sala secreta	514
14.10 Sentença do Juiz Presidente	516
14.11 Ata do julgamento	520
14.12 Atribuições do Juiz Presidente do Tribunal do Júri	521
Síntese	522

Capítulo XIX

NULIDADES

1. Conceito	525
2. Atos inexistentes e irregulares	526
3. Princípios que regem as nulidades	526
3.1 Não há nulidade sem prejuízo	526
3.2 Não há nulidade provocada pela parte	527
3.3 Não há nulidade por omissão de formalidade que só interesse à parte contrária	528
3.4 Não há nulidade de ato irrelevante para o deslinde da causa	528
3.5 A nulidade de ato processual relevante pode desencadear a dos consequentes	528
4. Desatendimento de normas constitucionais	529
5. Nulidade em inquérito policial	529
6. Divisão legal entre nulidades absolutas e relativas	530
7. Espécies de nulidade absoluta	530
7.1 Incompetência	530
7.1.1 Coisa julgada e incompetência	531
7.1.2 Anulação dos atos decisórios em caso de incompetência territorial	532
7.2 Suspeição e impedimento	532
7.3 Suborno do juré	533
7.4 Ilegitimidade de parte	533
7.5 Ausência de denúncia ou queixa e representação	533
7.6 Ausência do exame de corpo de delito	534
7.7 Ausência de defesa ao réu e de nomeação de curador	534
7.8 Falta de citação, ampla defesa e contraditório	535
7.9 Falta da sentença de pronúncia, do libelo e da entrega da sua cópia	536
7.10 Ausência do réu e realização da sessão	536
7.11 Quorum para a instalação da sessão do júri	536
7.12 Sorteio do Conselho de Sentença em número legal e incomunicabilidade dos jurados	537
7.13 Inexistência dos quesitos e suas respostas	537
7.14 Ausência de acusação e defesa no julgamento pelo Tribunal do Júri	537
7.15 Ausência da sentença	538
7.16 Ausência de processamento ao recurso de ofício	538
7.17 Ausência de intimação para recurso	538
7.18 Falta do quorum legal para a decisão	538
7.19 Quesitos ou respostas deficientes e contradição entre elas	538
7.20 Decisão carente de fundamentação	539
8. Espécies de nulidade relativa	539
8.1 Infringência à regra da prevenção	539
8.2 Falta de intervenção do Ministério Público	540
8.3 Falta de concessão de prazos à acusação e à defesa	540

8.4 Falta de intimação do réu para a sessão de julgamento do Júri, quando a lei não permitir que se faça com sua ausência	540
8.5 A não intimação das testemunhas arroladas no libelo e na contrariedade.....	541
8.6 Ausência da forma legal dos atos processuais	541
9. Momento para arguição das nulidades relativas	541
10. Convalidação das nulidades	542
Síntese	543

Capítulo XX

RECURSOS

1. Conceito de recurso	547
2. Natureza jurídica do recurso.....	548
3. Características fundamentais dos recursos	548
4. Efeitos dos recursos	549
5. Recurso de ofício.....	549
6. Particularidades gerais e aspectos formais dos recursos	550
6.1 Desvio da administração pública no processamento do recurso.....	550
6.2 Impossibilidade de desistência do recurso do Ministério Público.....	551
6.3 Múltipla legitimidade recursal	551
6.4 Interesse recursal	552
6.5 Pressupostos de admissibilidade dos recursos.....	553
6.6 Impedimentos ao processamento ou conhecimento dos recursos	554
6.7 Princípio da fungibilidade dos recursos	555
7. Recurso em sentido estrito	555
7.1 Conceito	555
7.2 Cabimento	555
7.3 Processamento do recurso em sentido estrito	564
8. Correição parcial.....	566
8.1 Conceito	566
8.2 Natureza jurídica da correição	566
8.3 Processamento	567
9. Reclamação	568
9.1 Conceito de reclamação	568
9.2 Fundamento constitucional	568
9.3 Processamento da reclamação	569
10. Agravo em execução criminal.....	569
10.1 Conceito de agravo em execução criminal	569
10.2 Rito do agravo	570
11. Apelação	571
11.1 Conceito de apelação	571
11.2 Hipóteses de cabimento da apelação	572
11.3 Legitimidade recursal do Ministério Público e de terceiros	577
11.4 Processamento da apelação.....	579

11.5 Trâmite no tribunal	581
12. Agravo nos tribunais	585
12.1 Conceitos	585
12.2 Processamento	585
13. Embargos de declaração	585
13.1 Conceito e extensão	585
13.2 Processamento dos embargos de declaração	586
14. Carta testemunhável	588
14.1 Conceito e natureza jurídica	588
14.2 Cabimento e processamento da carta testemunhável	588
15. Embargos infringentes e de nulidade	590
15.1 Conceito	590
15.2 Processamento	590
16. Recursos extraordinário e especial	591
16.1 Conceito de recurso extraordinário	591
16.2 Conceito de recurso especial	592
16.3 Distinção peculiar na aplicação do recurso especial e do extraordinário	593
16.4 Reexame de matéria de fato	593
16.5 Prazo e forma para a interposição dos recursos especial e extraordinário	593
16.6 Súmulas do STF e do STJ regulando a matéria	595
17. Recurso ordinário constitucional	596
18. Embargos de divergência	597
19. Normas disciplinadoras da competência recursal	597
Síntese	599

Capítulo XXI

AÇÕES DE IMPUGNAÇÃO

1. Introdução	603
2. Revisão criminal	603
2.1 Conceito de revisão criminal e natureza jurídica	603
2.2 Polos ativo e passivo na revisão criminal	604
2.3 Revisão criminal em confronto com outros princípios constitucionais	606
2.4 Hipóteses para o cabimento da revisão criminal	607
2.5 Ônus da prova, oportunidade e reiteração do pedido	610
2.6 Órgão competente para o julgamento da revisão criminal e processamento	611
2.7 Indenização pelo erro judiciário	614
3. <i>Habeas corpus</i>	616
3.1 Conceito de <i>habeas corpus</i>	616
3.2 Origem no Brasil	617
3.3 Ampliação do seu alcance	617
3.4 Natureza jurídica	618
3.5 Espécies de <i>habeas corpus</i> e restrições à sua utilização	618
3.6 Direito líquido e certo e hipóteses de cabimento	619

3.7	Competência para conhecer do <i>habeas corpus</i>	621
3.7.1	Regras gerais	621
3.7.2	Competência constitucional do Supremo Tribunal Federal.....	622
3.7.3	Competência constitucional do Superior Tribunal de Justiça.....	623
3.7.3.1	Prequestionamento em <i>habeas corpus</i>	623
3.7.4	Competência constitucional do Tribunal Regional Federal e dos juízes federais.....	624
3.7.5	Competência constitucional do Tribunal do Estado.....	624
3.7.5.1	Promotor de justiça como autoridade coatora.....	624
3.8	Legitimidade ativa e passiva.....	625
3.9	Formalidades e condições da impetração	627
3.10	Concorrência do <i>habeas corpus</i> com outra ação ou investigação	629
3.11	A medida liminar em <i>habeas corpus</i> e outras providências cautelares.....	630
3.12	Processamento do <i>habeas corpus</i>	632
4.	Mandado de segurança	634
4.1	Conceito.....	634
4.2	Admissibilidade do mandado de segurança em matéria criminal.....	634
4.2.1	Competência constitucional do Supremo Tribunal Federal.....	635
4.2.2	Competência constitucional do Superior Tribunal de Justiça.....	635
4.2.3	Competência constitucional do Tribunal Regional Federal e dos juízes federais.....	635
4.2.4	Competência constitucional do Tribunal do Estado.....	635
4.3	Alguns aspectos do processamento.....	636
4.3.1	Medida liminar.....	636
4.3.2	Sujeitos ativo e passivo.....	636
4.3.3	Petição inicial.....	636
4.3.4	Litisconsórcio necessário	637
4.3.5	Direito líquido e certo	637
4.3.6	Prazo para ajuizamento	637
4.3.7	Custas, despesas e honorários	637
4.3.8	Efeitos da sentença sobre a liminar.....	637
4.3.9	Participação do Ministério Público	637
4.3.10	Recursos cabíveis.....	638
Síntese		638

Capítulo XXII REABILITAÇÃO

1.	Conceito de <i>reabilitação</i>	639
2.	Procedimento	639
3.	Recurso de ofício.....	640
4.	Comunicação ao Instituto de Identificação.....	640
5.	Revogação da <i>reabilitação</i>	641
Síntese		641

Capítulo XXIII

RELAÇÕES JURISDICIONAIS COM AUTORIDADES ESTRANGEIRAS

1. Fundamento constitucional.....	643
2. Regras especiais.....	643
3. Homologação de sentença estrangeira para efeitos penais.....	645
3.1 Formalidades para a homologação.....	645
4. Carta rogatória.....	646
4.1 Conceito de carta rogatória.....	646
4.2 Outras diligências.....	647
4.3 Carta rogatória vinda do exterior.....	648
Síntese.....	648

Capítulo XXIV

DISPOSIÇÕES GERAIS DO PROCESSO PENAL

1. Audiências dos juízos (ou Varas) e sessões dos tribunais.....	649
2. Publicidade dos atos processuais em geral.....	649
3. Comportamento em audiências.....	650
4. Realização dos atos processuais.....	651
5. Conceito de prazo e contagem.....	652
6. Retirada dos autos de cartório.....	655
7. Custas nos processos criminais.....	656
8. Estatísticas criminais.....	657
Síntese.....	658

BIBLIOGRAFIA.....	659
--------------------------	------------

OBRAS DO AUTOR.....	687
----------------------------	------------